

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	12
----------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva - Com Ressalva	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	30
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2010</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
<b>Ordinárias</b>	299.860
<b>Preferenciais</b>	77.000
<b>Total</b>	329.867
<b>Em Tesouraria</b>	
<b>Ordinárias</b>	241.420
<b>Preferenciais</b>	30.007
<b>Total</b>	271.427

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1	Ativo Total	88.959	128.292	127.803
1.01	Ativo Circulante	3.696	1.970	2.805
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	407	597	276
1.01.03	Contas a Receber	3.274	1.356	2.519
1.01.03.01	Clientes	1.220	914	1.876
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.054	442	643
1.01.04	Estoques	9	11	7
1.01.07	Despesas Antecipadas	6	6	3
1.02	Ativo Não Circulante	85.263	126.322	124.998
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	59.975	101.858	106.236
1.02.01.03	Contas a Receber	156	156	156
1.02.01.03.01	Clientes	156	156	156
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.819	101.702	106.080
1.02.01.09.03	Resultados a Compensar	101.105	105.744	106.304
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.107	3.240	3.115
1.02.01.09.05	Adiantamento para Compra de Ativo	883	883	883
1.02.01.09.06	Créditos com Terceiros	481	809	809
1.02.01.09.07	Outros Créditos	14	14	14
1.02.01.09.08	Créditos de Liquidação Duvidosa	-74.261	-35.019	-30.859
1.02.01.09.09	Despesas/Custos a Incorrer	27.490	26.031	25.814
1.02.02	Investimentos	14	14	14
1.02.02.01	Participações Societárias	14	14	14
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	14	14	14
1.02.03	Imobilizado	24.038	22.647	16.411
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	491	526	376
1.02.03.01.01	Bens da Empresa	1.612	1.608	1.418
1.02.03.01.02	Depreciações/Amortizações Acumuladas	-1.121	-1.082	-1.042
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	23.547	22.121	16.035
1.02.03.03.01	Bens em Processo de Incorporação	23.547	22.121	16.035

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
1.02.04	Intangível	1.236	1.803	2.337
1.02.04.01	Intangíveis	1.236	1.803	2.337
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	7.283	7.283	7.283
1.02.04.01.02	Fundo de Amortização	-6.047	-5.480	-4.946

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2	Passivo Total	88.959	128.292	127.803
2.01	Passivo Circulante	60.324	43.324	28.706
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.008	7.142	4.639
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.895	4.775	1.862
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.113	2.367	2.777
2.01.02	Fornecedores	7.078	6.142	6.658
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.078	6.142	6.658
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.080	2.824	2.241
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.080	2.824	2.241
2.01.03.01.02	Impostos e Taxas a Recolher	5.080	2.824	2.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.215	11.322	7.566
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.215	11.322	7.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.215	11.322	7.566
2.01.05	Outras Obrigações	17.943	15.894	7.602
2.01.05.02	Outros	17.943	15.894	7.602
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	48	48	48
2.01.05.02.04	Antecipações Contratuais	2.303	2.232	721
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	25	30	29
2.01.05.02.06	Arrecadação por Conta de Terceiros	0	9	9
2.01.05.02.07	Faturamento de Taxas Portuárias	4.672	4.229	4.302
2.01.05.02.08	Depósito de Garantia C/Usuários	10.895	9.346	2.493
2.02	Passivo Não Circulante	101.197	114.975	124.534
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.115	26.560	28.637
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	18.115	26.560	28.637
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.115	26.560	28.637
2.02.02	Outras Obrigações	83.082	88.415	95.897
2.02.02.02	Outros	83.082	88.415	95.897
2.02.02.02.03	Passivos Contingentes	17.014	16.102	16.460
2.02.02.02.04	Fornecedores	215	215	215

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2008</b>
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial INSS	2.247	4.086	4.085
2.02.02.02.06	INSS Exigibilidade Suspensa	19.285	17.941	16.527
2.02.02.02.07	Parcelamento Excepcional - PAEX	4.317	4.760	4.885
2.02.02.02.08	Antecipações Contratuais	33.539	39.679	48.373
2.02.02.02.09	Impostos e Taxas a Recolher Parcelamento	99	144	0
2.02.02.02.10	Remuneração Recursos FPN	81	70	59
2.02.02.02.11	Créd. Trib. em Compensação	2.178	2.178	2.178
2.02.02.02.12	Depósitos Judiciais e Contratuais	4.107	3.240	3.115
2.03	Patrimônio Líquido	-72.562	-30.007	-25.437
2.03.01	Capital Social Realizado	11.238	11.238	11.238
2.03.02	Reservas de Capital	2.955	2.956	2.956
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-86.755	-44.201	-39.631

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	860	858	1.131
3.03	Resultado Bruto	860	858	1.131
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.047	-4.612	-5.280
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.032	-4.787	-5.452
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	207	175	173
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-222	0	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-41.187	-3.754	-4.149
3.06	Resultado Financeiro	-1.369	-815	-1.150
3.06.01	Receitas Financeiras	270	240	431
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.639	-1.055	-1.581
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.556	-4.569	-5.299
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-42.556	-4.569	-5.299
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-42.556	-4.569	-5.299
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.136	5.214	46.091
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-41.951	-3.995	-3.918
6.01.01.01	Prejuízo Líquido no Período	-42.556	-4.569	-5.299
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	605	574	540
6.01.01.03	Recuperação de Despesas	0	0	841
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	45.087	9.209	50.009
6.01.02.01	Contas a Receber	-306	962	-787
6.01.02.02	Outros Créditos	-1.613	201	-482
6.01.02.03	Estoques	2	-4	-2
6.01.02.04	Despess Antecipadas	1	-4	-1
6.01.02.05	Realizável a Longo Prazo	41.884	4.378	7.163
6.01.02.06	Fornecedores	936	-516	378
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	8.377	3.496	-30.802
6.01.02.08	Folhas a Pagar	-254	-410	-1.746
6.01.02.09	Adiantamento de Clientes	1.549	6.853	-993
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	500	1.440	7.002
6.01.02.11	Exigível a Longo Prazo	-5.989	-7.187	70.279
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.430	-6.276	-4.135
6.02.02	Imobilizado	-1.430	-6.276	-4.135
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.896	1.383	-41.719
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-1.896	1.383	-41.719
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-190	321	237
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	597	276	39
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	407	597	276

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	11.238	2.954	0	-44.199	0	-30.007
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.238	2.954	0	-44.199	0	-30.007
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.555	0	-42.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.555	0	-42.555
5.07	Saldos Finais	11.238	2.954	0	-86.754	0	-72.562

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	11.238	2.954	0	-39.630	0	-25.438
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.238	2.954	0	-39.630	0	-25.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.569	0	-4.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.569	0	-4.569
5.07	Saldos Finais	11.238	2.954	0	-44.199	0	-30.007

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	11.238	2.955	0	-35.172	0	-20.979
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	841	0	841
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.238	2.955	0	-34.331	0	-20.138
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.299	0	-5.299
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.299	0	-5.299
5.07	Saldos Finais	11.238	2.955	0	-39.630	0	-25.437

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008</b>
7.01	Receitas	860	858	1.131
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	860	858	1.131
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.611	-439	-480
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.611	-439	-480
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.751	419	651
7.04	Retenções	-39.636	-4.201	-4.828
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67	-42	-33
7.04.02	Outras	-39.569	-4.159	-4.795
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-41.387	-3.782	-4.177
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	476	415	604
7.06.02	Receitas Financeiras	270	240	431
7.06.03	Outros	206	175	173
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-40.911	-3.367	-3.573
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-40.911	-3.367	-3.573
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6	147	126
7.08.02.01	Federais	6	147	126
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.639	1.055	1.600
7.08.03.01	Juros	1.639	1.055	1.581
7.08.03.02	Aluguéis	0	0	19
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-42.556	-4.569	-5.299
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-42.556	-4.569	-5.299

**Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
EXERCÍCIOS DE 2010 E 2009**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Docas de Imbituba vem submeter à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

**Operação Portuária**

Conforme determinado pela Portaria 381 do Ministério dos Transportes do ano 2001, a empresa exerce exclusivamente a função de Autoridade Portuária, a exemplo do que ocorre nos demais portos brasileiros.

**Desempenho Operacional**

O movimento de cargas no ano de 2010 foi 2,09% superior ao movimento de cargas de 2009. O volume de carga movimentada e a participação relativa de cada tipo de carga no volume total movimentado nos últimos dois anos foram às seguintes:

DESEMPENHO OPERACIONAL				
CARGA	2010	2009	VARIÇÃO	
			ABSOLUTA	RELATIVA
ÁCIDO FOSFÓRICO	25.469	7.039	18.430	261,83%
AÇÚCAR	9.982	-	9.982	100,00%
BARRILHA	66.912	72.491	-5.579	-7,70%
BAUXITA	5.500	22.108	-16.608	-75,12%
BETUME	24.700	-	24.700	100,00%
BOBINAS DE AÇO	18.421	-	18.421	100,00%
CARGA PROJETO	1.721	526	1.194	227,05%
CETANE	1.696	-	1.696	100,00%
CEVADA	111.047	228.380	-117.333	-51,38%
CLINQUER	44.001	-	44.001	100,00%
CONGELADOS	54.551	50.790	3.761	7,41%
CONTEINERES	369.804	279.462	90.343	32,33%
COQUE	618.296	578.165	40.130	6,94%
FERTILIZANTES	73.648	164.325	-90.677	-55,18%
HULHA BETUMINOSA	80.225	20.104	60.121	299,04%
MALTE	32.816	43.324	-10.508	-24,25%
PEÇAS EÓLICAS	16.627	-	16.627	100,00%
CAROÇO/ALGODÃO	-	17.241	-17.241	-100,00%
ARROZ	-	4.815	-4.815	-100,00%
ULEXITA	-	10.201	-10.201	-100,00%
SAL	161.418	170.779	-9.362	-5,48%
SODA CÁUSTICA	67.163	61.390	5.773	9,40%
SULFATOS	53.236	58.488	-5.252	-8,98%
TRIGO	73.872	82.338	-8.466	-10,28%
TOTAL	1.911.104	1.871.967	39.137	2,09%
NAVIOS	188	188	0	0,00%

**Relatório da Administração**

PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE CARGAS MOVIMENTADAS		
CARGA	2010	2009
ÁCIDO FOSFÓRICO	1,33%	0,38%
AÇÚCAR	0,52%	0,00%
BARRILHA	3,50%	3,87%
BAUXITA	0,29%	1,18%
BETUME	1,29%	0,00%
BOBINAS DE AÇO	0,96%	0,00%
CARGA PROJETO	0,09%	0,03%
CETANE	0,09%	0,00%
CEVADA	5,81%	12,20%
CLINQUER	2,30%	0,00%
CONGELADOS	2,85%	2,71%
CONTEINERES	19,35%	14,93%
COQUE	32,35%	30,89%
FERTILIZANTES	3,85%	8,78%
HULHA BETUMINOSA	4,20%	1,07%
MALTE	1,72%	2,31%
PEÇAS EÓLICAS	0,87%	0,00%
CAROÇO/ALGODÃO	0,00%	0,92%
ARROZ	0,00%	0,26%
ULEXITA	0,00%	0,54%
SAL	8,45%	9,12%
SODA CÁUSTICA	3,51%	3,28%
SULFATOS	2,79%	3,12%
TRIGO	3,87%	4,40%
TOTAL	100,00%	100,00%

**Aspectos Financeiros****Receita Líquida**

Houve um acréscimo de 0,16% na Receita Líquida de 2010 para 2009, que aumentou de R\$ 859 para R\$ 860.

**Receitas/Despesas Operacionais**

Houve um acréscimo de 903% no saldo negativo de receitas/despesas operacionais de 2009 para 2010, que passou de R\$ 4.744 mil para R\$ 42.841 mil, principalmente em função da provisão de glosas nas tomadas de contas 2008.

**Lucro Operacional**

A Empresa apresentou em 2010 um prejuízo operacional 931% superior ao de 2009, passando de R\$ 4.569 mil para R\$ 42.555 mil.

Com relação à atividade portuária da empresa, as receitas portuárias tiveram um acréscimo de 17,9%, passando de R\$ 27.860 mil em 2009 para R\$ 32.842 mil em 2010. Já as despesas portuárias tiveram um decréscimo 1,2%, recuando de R\$ 26.872 mil em 2009 para R\$ 26.206 mil em 2009.

**Contratação de Dragagem**

## Relatório da Administração

Ao longo de 2010 os serviços de dragagem se limitaram a pequenas manutenções de profundidade, serviços auxiliares nas obras marítimas de expansão do Cais 1-2 e na elaboração do Projeto Básico de Dragagem a ser contratada em 2011 pela SEP – Secretaria de Portos da Presidência da República, como parte do PAC 2 – Programa de Aceleração do Crescimento 2, do Governo Federal, que elevará o calado operacional do Porto de Imbituba, ainda em 2011, para um mínimo de 14,50m, capaz de atender os maiores navios porta-contêineres que trafegam na costa brasileira. Além de ser a dragagem de menor valor, Imbituba é também o porto com capacidade de respostas mais imediatas à crescente demanda de serviços portuários no Sul do Brasil.

EMPRESA	LICENÇAS	EMIÇÃO	VALIDADE	VENCIMENTO
		(MESES)		
<b>CDI</b>	LAO 394/07 (PORTO)	28/9/2007	48	28/9/2011
	LAO 146/09 (DRAGAGEM)	10/8/2009	48	10/8/2013
	LAI 035/08 (CAIS)	10/7/2008	24	10/7/2012
	LAI 038/09 (MOLHE)	19/8/2009	24	19/8/2011
<b>BRASKEN</b>	LAO 359/07 (OPERAÇÃO)	24/8/2007	48	24/8/2011
<b>AGIL</b>	LAO 008/08	10/1/2008	48	10/1/2012
<b>CRB</b>	LAO 107/08	16/4/2008	48	16/4/2012
<b>FERTISANTA</b>	LAO 207/09	12/11/2009	48	12/11/2013
<b>RL RODRIGUES</b>	LAO 006/09	15/1/2009	48	15/1/2013
<b>SERRANA</b>	LAO 051/07	23/1/2007	48	23/1/2011
<b>LAUBER</b>	LAO 217/08	11/8/2008	48	11/8/2012
	LAO 350/06	21/12/2006	48	21/12/2010
<b>SANAVAL</b>	LAO 081/08	3/4/2008	25	3/5/2010

### Investimentos realizados pela CDI em 2010.

Foram realizados R\$ 1.716 mil em investimentos, conforme quadro abaixo:

ITEM	INVESTIMENTOS	ACUMULADO
<b>1</b>	<b>Segurança e Certificação pelo ISPS</b>	
	<b>CODE</b>	<b>902.476,11</b>
1.1	Serviços de vigilância	838.436,65
1.2	Materiais aplicados	64.039,46
<b>2</b>	<b>DRAGAGEM</b>	<b>479.591,48</b>
2.1	SERVIÇOS DRAGAGEM	287.137,90
2.2	MATERIAIS PARA DRAGAGEM	192.453,58
<b>3</b>	<b>OPERACIONAL</b>	<b>334.075,31</b>
3.1	Manutenção de equipamentos	12.719,37
3.2	Manutenção de instalações	288.685,94
3.3	Móveis e utensílios	32.670,00
	<b>T O T A L</b>	<b>1.716.142,90</b>

## Relatório da Administração

### **4 INVESTIMENTOS DOS ARRENDATÁRIOS (EM ANDAMENTO)**

#### 4.1 Contrato de Arrendamento do Terminal de Contêineres (TECON)

- 4.1.1 Obras de reforço estrutural do antigo Cais 1-2
- 4.1.2 Obras de expansão do antigo Cais 1-2
- 4.1.3 Obras de pavimentação
- 4.1.4 Aquisição de equipamentos
- 4.1.5 Investimentos em TI
- 4.1.6 Plano de Emergência Individual e Alfandegamento
- 4.1.7 Outros investimentos
- 4.1.8 Adequações operacionais

#### 4.2 Contrato de Arrendamento do Terminal de Carga Geral (TCG)

- 4.2.1 Pavimentação do pátio de estocagem
- 4.2.2 Adequações Operacionais no Terminal
- 4.2.3 Plano de Emergência Individual e Alfandegamento
- 4.2.4 TI e Administrativos

### **INVESTIMENTOS VIA CAPTAÇÃO DE RECEITA ANTECIPADA DE SERVIÇOS PORTUÁRIOS**

#### 5

- 5.1 Recuperação da Draga Henrique Lage
- 5.2 Dragagem do acesso aquaviário e bacia de evolução, inclusive projetos
- 5.3 Armazém 12 (armazém-pulmão)

## **Segurança Internacional**

### **Código Internacional de Proteção a Navios e Instalações Portuárias (ISPS – Code)**

O Porto de Imbituba obteve a “Declaração de Cumprimento – DC” emitida pela CONPORTOS – Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, do Ministério da Justiça por meio da Deliberação nº 119/2007, estando – desde então – plenamente habilitado a movimentar cargas com origem/destino nos países signatários da Convenção SOLAS da Organização marítima Internacional.

### **Lei (EUA) do Bioterrorismo**

O Porto de Imbituba está igualmente registrado junto ao órgão de controle de medicamentos e alimentos do governo norte-americano (*FDA – Food and Drug Administration*), atendendo as exigências da legislação (EUA) contra bio-terrorismo.

## **Perspectivas**

O edital para Arrendamento do Terminal de Fertilizantes foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq (Resolução ANTAQ nº 1616 de 09/02/2010, publicada no D.O.U. em 26/02/2010). Também foi concluída a etapa de avaliação pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em observância ao disposto na IN. TCU nº 27/1998. O arrendamento, com assinatura do contrato respectivo, deve ser efetivado no primeiro quadrimestre de 2011.

Os arrendamentos, através de licitação pública, por 25 anos (renovável por mais 25 anos) de outros terminais (de granéis líquidos, por exemplo) encontram-se em fase de estudo de viabilidade.

## **Relatório da Administração**

Ao final de 2010 estavam em fase de conclusão as obras emergenciais de recuperação do Molhe de Abrigo, que desde 2007 estão sob a responsabilidade do 10º BEC – Batalhão de Engenharia e Construções do Exército Brasileiro, através de convênio direto com o DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes do Ministério dos Transportes.

A reestruturação administrativa, financeira e operacional da Companhia avançou substancialmente após a capitalização proporcionada pelos últimos arrendamentos de terminais portuários.

### **Auditoria Externa**

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia VGA & VALÉRIO MATOS Auditores Independentes, não prestam outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2010.

### **Agradecimentos**

Manifestamos nossos agradecimentos aos acionistas e funcionários, usuários, fornecedores, instituições financeiras e demais parceiros de negócios.

Imbituba, 29 de março de 2011.

**Nilton Garcia de Araújo**  
**Diretor Presidente e de Rel. c/Investidores**

**José Manoel Joaquim**  
**Diretor**

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia Docas de Imbituba tem por objeto social a exploração de serviços portuários no Porto de Imbituba e atividades relacionadas. A exploração destas atividades portuárias foi concedida à Companhia pelo Decreto 7.842 de 13 de setembro de 1941, cujos efeitos passaram a vigorar em 1942, pelo período de 70 anos.

Na condição de entidade concessionária, em conformidade com o Decreto de Concessão, a Companhia é a responsável pela gestão das atividades de exploração do porto, bem como pelos investimentos em equipamentos e obras (capitais de concessão) para o aparelhamento necessário ao embarque e desembarque de mercadorias. Sua remuneração é determinada com base no resultado dessas atividades e nos capitais de concessão.

O decreto prevê ainda que as atividades de exploração portuária, compreendendo as rendas de serviços portuários e custeio dos serviços portuários (despesas de exploração, amortização, remuneração do capital de concessão e fundos), sejam registradas em contas próprias, segregadas das contas de receitas e despesas da Companhia, e apresentadas em quadro específico denominado "Demonstração da exploração portuária". Da mesma forma, os investimentos em equipamentos e obras necessários às atividades portuárias, capitais de concessão, são registrados em contas próprias, destacadas do imobilizado da Companhia. O conjunto dessas contas deve ser submetido, anualmente, à análise do Ministério dos Transportes, através do processo de tomada de contas. Esse processo é regulamentado pelo Decreto 74.619 de 26 de setembro de 1974, que aprova as Instruções para Tomada de Contas dos Concessionários de Portos Organizados. O resultado da exploração da atividade portuária, uma vez concluído o processo de tomada de contas, se traduzirá em um valor a pagar ou a receber da União, na medida em que for superavitário ou deficitário. Uma vez homologado pelo Ministério dos Transportes, o capital de concessão integrará a base de remuneração da Companhia.

O resultado das atividades portuárias é refletido nas demonstrações contábeis da Companhia na rubrica de "Conta de resultados a compensar", detalhada na nota explicativa n.º 5.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como, as normas específicas para concessionárias de serviços públicos (portos) emanadas pelo poder concedente.

#### 3. Principais práticas contábeis

##### a) Apuração do resultado

O resultado da Companhia é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

O resultado da Exploração Portuária é apurado na medida em que ocorre sua efetiva realização financeira. Enquanto não realizadas, a fim de atender ao regime de competência dos exercícios, são registradas como segue:

- Receitas: passivo circulante rubrica receitas portuárias a apropriar, com contrapartida no ativo circulante, contas a receber exploração portuária.
- Despesas: ativo circulante/realizável a longo prazo, rubrica despesas de exploração portuária a apropriar, com contra partida no passivo circulante/não circulante, rubrica de contas a pagar exploração portuária.

## Notas Explicativas

### b) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores a seus valores de realização.

### c) Investimentos

Os investimentos são registrados ao custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

### d) Imobilizado

As contas do ativo imobilizado são registradas pelo custo de aquisição ou formação, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Sobre os capitais de concessão é calculada amortização, a taxas determinadas em função do período de concessão. Sobre os bens da empresa é calculada depreciação a taxas que levam em consideração a vida útil dos correspondentes bens.

### e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante a constituição de provisões.

Os passivos circulantes e não circulantes, quando indexados, são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos.

## 4. Despesas de exploração portuária a apropriar

Conforme descrito na nota explicativa n.º 3, as obrigações relacionadas à exploração da atividade portuária ainda não realizadas financeiramente, são registradas com contrapartida de despesas de exploração portuária a apropriar. Os principais custos e despesas a incorrer, relacionados à atividade portuária são a seguir demonstrados:

### Em R\$ mil

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Contingências cíveis	10.627	10.650
Cont. fiscais e tributárias	4.046	3.656
Cont. trabalhistas e previdenciários	2.340	1.796
Obrigações tributárias e fiscais	874	874
Obrigs. trabalhistas previdenciárias	-	-
Provisão de férias	465	448
Outros valores	7.938	7.120
Compl. Aposent. – Del. CVM 371	1.200	1.488
	<b>27.490</b>	<b>26.032</b>

## 5. Conta de resultados a compensar - CRC

Conforme descrito na nota explicativa n.º 1, a conta de resultados a compensar corresponde aos prejuízos anualmente gerados pela atividade portuária, que estão sujeitos a validação pelo Ministério dos Transportes através do processo de tomada de contas, e será uma das contas a serem consideradas na negociação com a União ao final do período de concessão.

A composição de resultados a compensar é a seguir demonstrada, destacando-se que o Ministério dos Transportes já concluiu o processo de tomadas de contas até o exercício de 2009.

### R\$ mil):

**Notas Explicativas****Valores históricos Valores corrigidos**

Anteriores a 1994	(175)	(46.955)
1994	(3.454)	(22.583)
1995	(3.910)	(20.871)
1996	(6.235)	(29.763)
1997	(6.624)	(30.877)
1998	(5.549)	(24.693)
1999	(8.688)	(37.762)
2000	(10.762)	(42.935)
2001	(15.384)	(54.242)
2002	(20.339)	(64.658)
Glosas União-1994 a 97	2.663	8.449
2003	(19.144)	(45.469)
Glosas litígio 1998 a 2003	19.784	46.987
2004	(10.404)	(21.282)
Glosas litígio 2004	5.321	10.838
Reversão de Glosas 2004	(892)	(1.825)
2005	(9.961)	(17.033)
2005 Aj. Exerc. Ant.	3.699	6.356
Glosas em Litígio 2005	1.254	2.154
2006	(14.211)	(21.573)
Glosas em Litígio 2006	3.541	5.375
2007	(11.479)	(15.579)
2007 Aj. Ex. Anteriores	254	345
Glosas em Litígio 2007	4.159	5.652
2008	(62.137)	(74.984)
2008 Aj. Ex. Anteriores	18.312	22.098
Glosas em Litígio 2008	39.569	43.440
2009	989	1.086
2010 Aj. Ex. Anteriores	98	-
2010 Aj. VP contratos	75.691	75.691
2010	5.637	-
<b>TOTAL</b>	<b>(28.377)</b>	<b>(344.615)</b>

Os valores atualizados foram apurados com base na variação da taxa Selic até 12/2010. A conta de resultados a compensar pode sofrer alterações em seu saldo, na medida em que os recursos impetrados pela Companhia sejam aceitos pelo poder concedente. Por prudência já reconhecemos no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido os valores das glosas efetuadas relativas ao período de 1998 a 2008. Do saldo histórico, foram efetuadas provisões para glosas em litígio no valor de R\$ 72 milhões, relativas às glosas efetuadas nas tomadas de conta dos exercícios de 1998 a 2008. Todas as glosas mencionadas são objeto de recurso junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, com boas possibilidades de êxito. Até o momento da emissão destas demonstrações contábeis, o Poder Concedente não havia se pronunciado sobre os recursos impetrados pela empresa quanto as Glosas nas

## Notas Explicativas

Tomadas de Contas dos exercícios de 1998 a 2008. Não houve glosas na Tomada de Contas relativas ao exercício 2009.

### 6. Investimentos

Em R\$ mil

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<b>Avaliados pelo custo de aquisição</b>		
Embraer	1	1
Imbituba Administração Zona de Processamento de Exportações	13	13
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>14</b>

### 7. Imobilizado

#### a) Capitais de Concessão

A conta de Capitais de concessão, no valor de R\$ 7.283 mil, representa os investimentos já efetuados pela Companhia necessários à exploração da atividade portuária, que já foram homologados pelo Poder Concedente. Os valores relativos a estes investimentos são amortizados conforme “Contrato de Concessão” até o prazo final do referido contrato, ou seja, 15 de dezembro de 2012. Ao longo do período de concessão, diversos desses investimentos tornaram-se obsoletos e deterioraram-se tendo sido, em função disso, baixados fisicamente e/ou alienados pela Companhia. Contudo, essas baixas não foram registradas contabilmente, uma vez que não há previsão para reduções no Capital de concessão. O saldo das vendas ocorridas até o período de dezembro de 2010 foi depositado em Conta Bancária Específica no Banco do Brasil por determinação da Junta de Tomada de Contas. Este valor foi bloqueado judicialmente para pagamento de parte do processo nº 030.96.001013-0 ICC SA. e processo nº 0249900514-19 CODESA SA. Saldo em 31/12/2010. R\$ 0,00.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a conta de Capitais de Concessão está sujeita a validação pelo Ministério dos Transportes através do processo de Tomada de Contas, e será uma das contas a serem consideradas na negociação com a União, ao final do período de concessão.

#### b) Bens em processo de incorporação

A conta de bens em processo de incorporação representa os investimentos necessários à exploração da atividade portuária que ainda não foram homologados pelo Poder Concedente. O atraso na homologação acarreta na não inclusão destes valores nos cálculos de remuneração da Companhia e, na não apuração da amortização destes Capitais de concessão adicionais. No exercício de 2010 houve baixas de R\$ 1.042 milhões e investimentos efetuados no exercício de R\$ 2.469 milhões, saldo nesta data R\$ 23.546 milhões.

#### c) Bens Penhorados

Estão penhorados pela Receita Federal e INSS, em garantia de pendências jurídicas (Finsocial e Contribuições Previdenciárias), os seguintes bens:

- (i) 4 (quatro) lotes de terreno no valor de R\$ 95 mil (bens próprios);
- (ii) 4 (quatro) casas de alvenaria no valor de R\$ 405 mil (bens próprios);
- (iii) Equipamentos no valor de R\$ 2.500 mil (bens união); e,
- (iv) Terrenos do ex-acionista controlador no valor de R\$ 12.500 mil.

## Notas Explicativas

Com os pagamentos de impostos e contribuições efetuados pela CDI, alguns destes bens penhorados estão em processo de liberação. Os demais serão liberados com a quitação dos Parcelamentos (INSS e Novo Refis).

### d) Efeitos da Lei 11.638/2007

Os bens da Companhia e do Porto de Imbituba não estão registrados por valor superior ao de realização. As amortizações dos bens da concessão são realizadas de acordo com as normas do contrato de concessão.

## 8. Empréstimos e financiamentos

### a) Circulante

#### Em R\$ mil

<u>Financiadores</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Banco Fator – São Paulo	16.264	10.382
Outras instituições não financeiras	951	940
	<b>17.215</b>	<b>11.322</b>

### b) Não Circulante

#### Em R\$ mil

<u>Financiadores</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Banco Fator – São Paulo	4.473	12.219
Outras instituições não financeiras	129	171
	<b>4.602</b>	<b>12.390</b>

As principais características dos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras são:

#### Em R\$ mil

<u>Financiadores</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros (am)</u>	<u>Garantias</u>
BANCO FATOR	Empréstimo	09/04/2012	Prê-fixada 21,5% aa	Penhora de Direitos Creditórios

Parte (R\$ 951 mil) do saldo atualizado com outras instituições refere-se a contratos de empréstimos com quatro pessoas físicas. A exemplo de outros contratos anteriores que foram renegociados e pagos esses contratos estão sendo renegociados.

## 9. Impostos, taxas e contribuições a recolher

### a) Passivo circulante

Corresponde ao saldo a pagar de impostos, taxas e contribuições correspondentes a diversos períodos, vencidos e não pagos. Esses valores, atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos, são a seguir compostos:

#### Em R\$ mil

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
IRRF	422	156
PIS a recolher	879	370
PAEX	1.349	577
FUNDO DEPRECIACÃO A RECOLHER	196	196
Outros	2.234	1.721
	<b>5.080</b>	<b>2.824</b>

### b) Não Circulante

Os saldos de parcelamento de contribuições e obrigações sociais, classificados no exigível a longo prazo, têm a seguinte composição:

#### Em R\$ mil

**Notas Explicativas**

<b><u>Parcelamentos</u></b>	<b><u>31/12/2010</u></b>	<b><u>31/12/2009</u></b>
IRRF	99	144
PAEX	4.317	4.760
INSS	2.247	4.086
	<b>6.663</b>	<b>8.990</b>

**c) Impostos compensados****Em R\$ mil**

	<b><u>31/12/2010</u></b>	<b><u>31/12/2009</u></b>
INSS	488	488
PIS	930	930
Finsocial	735	735
INSS – Recuperado	24	24
	<b>2.177</b>	<b>2.177</b>

Corresponde ao saldo de impostos e contribuições a pagar que foram compensados com valores recolhidos a maior, em decorrência dos efeitos dos processos judiciais nºs 94.00482710, 96.00017050, 96.0001218-0 e 98.00016651.

**d) INSS com exigibilidade judicial suspensa****Em R\$ mil**

	<b><u>31/12/2010</u></b>	<b><u>31/12/2009</u></b>
INSS compets 07/2004 a 06/2006	2.411	2.284
INSS CDF'S (*)	15.155	14.063
INSS NFLD 35.516.103-6	1.718	1.594
	<b>19.284</b>	<b>17.941</b>

(\*) N°s 557263131; 557820430; 600360628; 6003611100; 601085892; 601352238.

**10. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e com Cofins.**

Os saldos referentes aos encargos sociais e previdenciários correspondem a diversos períodos e estão vencidos e não pagos. Os valores foram atualizados e acrescidos dos correspondentes encargos:

**Em R\$ mil**

	<b><u>31/12/2010</u></b>	<b><u>31/12/2009</u></b>
Cofins a Recolher	4.059	1.696
Salários	352	342
Complementação de aposentadoria	97	89
Provisão de férias	465	448
INSS	2.521	1.024
INSS – parcelamento	3.927	1.667
INSS (11%) – terceiros	50	44
FGTS	29	35
Plano compl. aposent. – Del. CVM 371	1.200	1.488
Outros valores	309	309
	<b>13.009</b>	<b>7.142</b>

**11. Adiantamento para a compra de ativos**

Refere-se a valor ação ajuizada em 1996, decorrente da rescisão de contrato entre a Companhia Docas e a empresa que disponibilizou os recursos para a compra de ativos. De acordo com os consultores jurídicos da empresa é provável a perda desta ação. Valor contábil do débito monta R\$ 13.513 mil em 31/12/2010. Porém, é possível a diminuição do valor do débito conforme consta nos autos da ação 030.98.000761-5 que fixa valor da causa em R\$ 1.845 mil. Descontados os pagamentos já efetuados o saldo corrigido para 31/12/2010 alcança o valor de R\$ 3.389 mil.

## Notas Explicativas

### 12 Passivos contingentes

Em R\$ mil

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Contingências fiscais	4.046	3.656
Contingências trabalhistas e previdenciários	2.341	1.796
Contingências cíveis	10.627	10.650
<b>Total</b>	<b>17.014</b>	<b>16.102</b>

Foram provisionados os valores referentes a ações, de diversas naturezas, classificadas pelos consultores jurídicos da empresa como de possibilidade remota de ganho ou possível perda.

### 13. Antecipações Contratuais

Referem-se:

- Aos investimentos realizados por conta do Contrato de Arrendamento para a Exploração do Terminal de Granéis Sólidos assinado entre a Companhia e a CRB Operações Portuárias S.A. (empresa do Grupo Votorantin), a serem amortizados pela prestação de serviços até o prazo final da concessão. O prazo do contrato é de 25 anos, prorrogável por igual período. O contrato prevê a movimentação de até 800.000 toneladas ano a partir do 7º ano de contrato. Saldo contrato em 31/12/2010 no passivo circulante R\$ 636 no passivo não circulante R\$ 636;
- Ao contrato de arrendamento de áreas, instalações e equipamentos visando à exploração do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, assinado em 13/02/2006 entre a Cia. Docas de Imbituba e a Union Armazenagem e Operações Portuárias SA. com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com prazo de 25 anos podendo ser prorrogado, saldo em 31/12/2010 no passivo circulante R\$ 1.071 mil e no passivo não circulante R\$ 1.071 mil;
- Contrato de arrendamento do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba (Concorrência nº 01/2007), com a proposta vencedora da Wedelia Participações S. A. no valor de R\$ 282.143.318,78 (Valor Presente Líquido). Deste valor R\$ 120.000.000,00 foram pagos na assinatura do contrato de arrendamento, sendo utilizado pela CDI para quitação de passivos e investimentos. O restante do valor será concretizado em investimentos pela vencedora ao longo dos 25 anos do prazo contratual. O contrato de arrendamento foi assinado em Brasília, na sede da ANTAQ, depois de cumpridas as formalidades previstas na legislação aplicável no dia 07/04/2008. Saldo em 31/12/2010 no passivo circulante R\$ 595 e no passivo não circulante R\$ 31.832 mil. Referidos valores foram ajustados a valor presente.

#### AJUSTE A VALOR

#### PRESENTE PARA CUMPRIMENTO IRFS

	SALDO	AJUSTE	SALDO APÓS AJUSTE
SDOS 01/01/2009	126.309.500,00	77.216.179,23	-49.093.320,77
EFEITOS EM 2009	-7.610.498,76	-428.948,83	7.181.549,93
SDO 31/12/2009	118.699.001,24	76.787.230,39	-41.911.770,85
EFEITOS EM 2010	-7.166.333,64	-1.096.154,68	6.070.178,96
SDO 31/12/2010	111.532.667,60	75.691.075,72	-35.841.591,88

## Notas Explicativas

O efeito do ajuste ao valor presente foi reconhecido na conta de Resultados a Compensar que reflete os resultados da atividade da exploração portuária do Porto de Imbituba, do qual a Companhia tem a Concessão.

### **14. Patrimônio líquido**

#### **Capital social**

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 11.238.181,72 representado 59.993.060 ações escriturais, dividido em 29.986.118 ações ordinárias e 30.006.942 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

### **15. Plano de complementação de aposentadoria – Deliberação - 371 CVM**

A companhia mantém um Plano de Complementação de Aposentadoria para funcionários aposentados por tempo de serviço. Esta complementação corresponde à diferença entre os proventos da aposentadoria deferida pelo INSS e o valor do salário-base do portuário ativo, de igual categoria. Este benefício foi fixado em acordo firmado em 1963, entre o Governo Federal e a Federação Nacional dos Portuários, e que posteriormente recebeu manifestações favoráveis da PORTOBRÁS (Empresa de Portos do Brasil S.A.), Ministério dos Transportes e sendo homologada também pelo CISE (Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais). Apesar de a companhia não ser uma empresa estatal (mas ter suas atividades ligadas a uma categoria regulada pela PORTOBRÁS) houve a necessidade das aprovações por estes órgãos estatais. Foram provisionados em nosso passivo a importância de R\$ 1.200 mil, referentes aos valores de complementação de aposentadoria, relativos a 59 beneficiários abrangendo o período de janeiro de 2011 até dezembro de 2012, data do final da concessão do Porto de Imbituba para a Companhia Docas de Imbituba. É importante ressaltar que este benefício atinge apenas aos mencionados 59 ex-empregados, não se estendendo a seus herdeiros e ou dependentes, tão pouco se estendendo a novos beneficiários.

### **16. Prejuízos fiscais**

O valor do prejuízo fiscal compensável para efeitos de Imposto de renda R\$ 32.127 mil (R\$ 29.296 mil em 2009) e da base de cálculo negativa de Contribuição social é de R\$ 32.042 mil (R\$ 29.211 mil, em 2009). O crédito tributário não foi constituído em virtude da pouca expectativa de geração de resultados positivos nos períodos subseqüentes.

### **17. Provisão para Glosas em Litígio (Ajuste em Prejuízos Acumulados)**

Por prudência já reconhecemos no resultado da Companhia e conseqüentemente em seu patrimônio líquido o valor da glosa efetuada pela maioria dos membros da Junta de Tomada de Contas relativa ao exercício 2008. Foi efetuada provisão no exercício para glosa em litígio no valor de R\$ 39.568.673,53 relativa à indenização paga a título de lucro cessante pela CDI no contrato operacional, com reservas de área a empresa Libra Terminal Imbituba S.A.. A referida glosa a exemplo de outros anteriores é objeto de recurso junto a Diretoria Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, com boas possibilidades de êxito

### **18. Eventos Subseqüentes**

O aumento de capital da Companhia destina-se a captação de recursos para aquisição do controle societário (100%) das ações de emissão da Companhia Zimba Operadora

## Notas Explicativas

Portuária e Logística S.A. ("Zimba"), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 8 de fevereiro de 2011, pelo preço certo e irrevogável de R\$ 162.194.459,00 (cento e sessenta e dois milhões, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais), cujo pagamento será feito da seguinte maneira: (a) R\$2.194.459,00 em dinheiro, por meio de compensação de valor antecipado anteriormente, pela Companhia, aos acionistas de Zimba, vendedores das ações cuja aquisição foi ora aprovada ("Vendedores"); (b) R\$ 80.000.000,00 através da capitalização do crédito desse valor por deliberação do Conselho de Administração de 08 de fevereiro de 2011, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no artigo 5º, §2º, do estatuto social, com a emissão de 48.484.848 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,65 por ação, fixado com base no critério de cotação de mercado dessa espécie de ação e a sua expectativa de valorização; e (c) o saldo de R\$ 80.000.000,00 também por meio capitalização do crédito desse valor, com a emissão de outras 48.484.848 ações ordinárias ao mesmo preço de emissão de R\$ 1,65 por ação, fixado também com base no critério de cotação de mercado dessa espécie de ação e a sua expectativa de valorização, cuja efetivação deverá ser levada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, visto que o valor dessa parcela do preço da aquisição da totalidade das ações de emissão da Zimba excede o limite do capital autorizado contemplado no mesmo artigo 5º, §2º, do estatuto social; (2) Em decorrência da emissão das 48.484.848 ações ordinárias deliberada nos termos do item (b) anterior e da integral subscrição, naquele ato, das novas ações ordinárias mediante a capitalização de crédito devido em face da Companhia, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ R\$ 80.000.000,00, passando a ser de R\$ 91.238.181,72, dividido em 78.470.966 ações ordinárias e 30.006.942 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal. As novas ações ordinárias terão os mesmos direitos das ações atualmente existentes e farão jus, em igualdade de condições, a todos os benefícios, inclusive a dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovados pela Companhia com base no exercício de 2010. Considerando que a totalidade das ações emitidas por deliberação do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, foi subscrita pelos Vendedores, titulares do crédito capitalizado, esse aumento de capital já se encontra consumado, não havendo necessidade de posterior homologação pela Assembleia Geral. Contudo, o valor do crédito a ser capitalizado que excede o limite do capital autorizado, no montante de R\$ 80.000.000,00, a sua capitalização foi submetida e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de Março de 2011. Essa aquisição foi deliberada em consonância com plano da Companhia de ampliar suas atividades de modo independente à atividade de administração do Porto de Imbituba, tendo em vista a previsão de que a concessão da administração do Porto de Imbituba se encerra em 2012.

### 19. Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros. A título informativo demonstramos os saldos de Conta de resultados a compensar ajustados a valor presente pelos seguintes critérios: correção dos saldos pelos índices de INPC, IGPM e IPC, desde a sua origem até 31 de dezembro de 2002, capitalizados a 6% aa e descontados a valor presente a taxa de 12% aa. De 01 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010, foi utilizada a variação da taxa Selic.

## Notas Explicativas

\* \* \* \* \*

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Com Ressalva - Com Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilustríssimos Senhores  
Administradores e Acionistas da  
Companhia Docas de Imbituba  
Imbituba – SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas de Imbituba (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 5, a Companhia explora por concessão da União o Porto de Imbituba, com encerramento previsto para o exercício de 2012, e registra o resultado das operações portuárias, conforme normas estabelecidas pelo Poder Concedente previstas no Decreto Federal nº 74.619, de 26 de setembro de 1974, na conta Resultados a Compensar no ativo realizável a longo prazo quando apura déficit, ou na mesma conta no passivo não circulante quando apura superávit. A demonstração da exploração portuária apresentou déficits contínuos até o exercício de 2008, a partir da eliminação, pela União, dos incentivos para utilização do carvão mineral nacional, principal item movimentado pelo Porto até então, como fonte de energia. A partir do exercício de 2009, com o ingresso do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, Instalação Portuária de Uso Público, conforme previsto no art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, o resultado da exploração portuária passou a ser superavitário.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, realiza anualmente a tomada de contas da exploração da atividade portuária, cujo regime de apuração é o de caixa para as receitas e determinou o reconhecimento de receitas recebidas por conta de contratos de arrendamento, registrados em conta do passivo circulante e não circulante: “Antecipações Contratuais” nos montantes de R\$ 2.302.937,94 e R\$ 33.538.653,94 respectivamente, cujos saldos estão ajustados a valor presente (nota explicativa nº 13), no resultado do Porto. Determinou também a glosa de R\$ 39.568.673,53 referentes despesas com pagamento de lucro cessante efetuado pela CDI à Libra Terminal Imbituba S.A., consideradas irregulares, por infringirem o Decreto nº 74.619, de 26 de setembro de 1974, a Lei nº 8630/93, e a recomendação do Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 231/DG-2007, nota explicativa nº 17.

As tomadas de contas relativas ao período de 1998 a 2008, feitas pela Junta de Contas do Ministério dos Transportes, resultaram em glosas num montante de R\$ 72.727.542,51, que foram reconhecidas no resultado da Companhia, mediante constituição de provisão para Glosas em Litígio, conta retificadora do ativo realizável a longo prazo. Se a Companhia obtiver sucesso no litígio em questão poderá reverter o passivo a descoberto.

As Despesas e Custos a Apropriar, num montante de R\$ 27.490.127,28, provenientes de diversos litígios nas áreas: fiscal, trabalhista, previdenciária e cível, bem como provisão para complementação de aposentadoria – Deliberação CVM 371 e outras provisões, descrito na Nota Explicativa nº 4, que por normas do Poder Concedente, somente são reconhecidas no resultado da exploração portuária, quando liquidadas financeiramente e ou de decisão final da justiça.

#### Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo para opinião com ressalva sobre as demonstrações

financeiras, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

As demonstrações financeiras apresentam, índices financeiros adversos de forma contínua, excessiva participação de passivo circulante em comparação com o ativo circulante e ativo realizável à longo prazo, conforme demonstrado no parágrafo base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras de realização incerta. Em 11 de março de 2011 foi aprovado aumento de capital da Companhia (nota explicativa nº 18), que deverá reverter o passivo à descoberto.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Evento subsequente

Em 08.02.2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da Zimba Operadora Portuária e Logística S.A., pelo preço de R\$ 162.194.459,00. Em decorrência dessa aquisição o Conselho aprovou o aumento do capital social da Companhia para R\$ 171.238.181,72, que foi submetida e aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de março de 2011. Essa aquisição foi deliberada em consonância com plano da Companhia de ampliar suas atividades de modo independente à atividade de administração do Porto de Imbituba tendo em vista a previsão de que a concessão da administração do Porto se encerra em 2012 (nota explicativa nº 18).

Florianópolis (SC), 29 de março de 2011.

VGA & VALÉRIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES  
CRC/SC 618/0-2 CVM nº 3689

Vilson Miguel Garcia                      Lourival Pereira Amorim  
Contador CRC/SC 9.744/O-1              Contador CRC/SC 9.914/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

CIA DOCAS DE IMBITUBA  
CNPJ. 84.208.123/0001-02  
NIRE 42300000868

### **DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A Diretoria da Companhia Docas de Imbituba em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 declara que:

- 1 – Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 – Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa pelos auditores externos, VGA & Valério Matos Auditores Independentes, datado de 29 de Março de 2010, relativo demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Imbituba, 29 de Março de 2010.

Nilton Garcia de Araujo.  
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Jose Manoel Joaquim  
Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

CIA DOCAS DE IMBITUBA  
CNPJ. 84.208.123/0001-02  
NIRE 42300000868

### **DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

A Diretoria da Companhia Docas de Imbituba em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 declara que:

- 1 – Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- 2 – Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa pelos auditores externos, VGA & Valério Matos Auditores Independentes, datado de 29 de Março de 2010, relativo demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Imbituba, 29 de Março de 2010.

Nilton Garcia de Araujo.  
Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Jose Manoel Joaquim  
Diretor